

RELATÓRIO FINAL (2024.2)

CENTRO UNIVERSITÁRIO PROCESSUS Atividade Extensionista – Contratos Mercantis)

CURSO: Direito (Disciplina – Atividade Extensionista – Contratos Mercantis)		
TÍTULO DO PROJETO/AÇÃO: Lei 8.934/1994 (Lei de Registros Públicos de Empresas Mercantis)		
PERÍODO DE EXECUÇÃO: 2024.2		
Data Início: 05 de agosto de 2024		Data Término: 5 de dezembro de 2024
EQUIPE:		
Nome Completo	Curso / Matrícula	Telefone
Paulo Victor de Lima gomes	2313180000104/Direito	61 998788063
Artur Leonardo Massari Rosa	2317200000047/ serviços jurídicos	61993063353
Giúlia Silva de Souza	2313180000111/Direito	61983256187
Maria Luísa Melo Costa	2327200000021/ serviços jurídicos	61994239754
Michael Hermann Garcia Teixeira	2413180000049/ Direito	61 991642075
Andreza de Melo Lins	2423180000166/ Direito	61 985723305
Guilherme Henrique Camilo Ribeiro	2313180000073/ Direito	61 99963-5019
Flávio Alberto Oliveira	2327200000022/Serviços jurídicos	61 61991626313
PROFESSOR (A) ARTICULADOR (A) (orientador (a)):		
Amaury Walquer Ramos de Moraes		
INSTITUIÇÃO PARCEIRA:		
Feira dos Produtores de Ceilândia.		
PÚBLICO-ALVO:		
Empreendedores e feirantes		
RESUMO		

Tema: Contratos Mercantis e atividade empresarial

Título específico do projeto do grupo: Lei 8934/94 (Lei de Registros Públicos de Empresas Mercantis)

Problema verificado: A pesquisa parte do problema da alta taxa de informalidade entre pequenos empresários e empreendedores na comunidade, onde muitas pessoas exercem atividades empresariais sem o devido registro e regularidade.

Problemas Identificados:

1. **Falta de Acesso a Benefícios:** Muitos empreendedores informais não conseguem acessar crédito, financiamentos e programas de apoio que poderiam impulsionar seus negócios, devido à ausência de registro.
2. **Risco Jurídico:** A falta de formalização expõe os empresários a riscos legais, como ações judiciais, multas e dificuldades em resolver conflitos comerciais. Sem o registro, a proteção do patrimônio pessoal fica comprometida, aumentando a vulnerabilidade dos empreendedores.
3. **Dificuldade de Crescimento:** A informalidade limita as oportunidades de crescimento e expansão dos negócios, uma vez que os empreendedores não têm acesso a contratos formais e parcerias com outras empresas.
4. **Concorrência Desleal:** A presença de empreendimentos informais cria um ambiente de concorrência desleal, onde os empresários que cumprem com suas obrigações legais são prejudicados em relação àqueles que operam fora da lei.
5. **Baixa Conscientização:** Existe uma falta de informação e conscientização sobre a importância da formalização, com muitos empreendedores desconhecendo os benefícios do registro e os procedimentos necessários para a regularização.

Objetivo geral: Diante desse cenário, o projeto visa identificar as principais barreiras que os pequenos empresários enfrentam para se formalizar e desenvolver ações educativas que os orientem sobre a importância do registro público de empresas mercantis. Ao abordar esses problemas, a pesquisa busca não apenas promover a regularização, mas também contribuir para a construção de um ambiente empresarial mais justo e sustentável na comunidade.

Objetivos específicos: Propor um conjunto de ações educativas que orientem os pequenos empresários sobre a importância do registro público de empresas mercantis, conforme a Lei nº 8.934/94. O foco do trabalho é esclarecer as regras e procedimentos necessários para a formalização de negócios, abordando aspectos como o surgimento da personalidade jurídica, a proteção do patrimônio pessoal e as vantagens do registro, como o acesso a crédito e a segurança jurídica.

Justificativa: A importância do projeto é multifacetada, abrangendo tanto aspectos sociais quanto acadêmicos, especialmente no contexto do registro público de empresas mercantis, conforme estabelecido pela Lei nº 8.934/94.

Hipótese / Resultado esperado: Com a aplicação do projeto, espera-se promover uma mudança significativa no comportamento tanto dos empresários quanto das associações e empreendedores que buscam formalizar suas atividades, especialmente em relação ao registro público de empresas mercantis, conforme regulamentado pela Lei nº 8.934/94.

O projeto pretende, por meio de ações educativas e informativas, fomentar uma cultura de formalização e regularidade empresarial, levando empresários e empreendedores a compreenderem a importância do registro para garantir a segurança jurídica de suas atividades. Essa mudança de comportamento se refletirá em:

1. Empresários mais conscientes sobre a importância de formalizar suas empresas junto às Juntas Comerciais, reconhecendo que o registro público é essencial para conferir personalidade jurídica à empresa, proteger o nome empresarial e garantir a separação entre o patrimônio pessoal e empresarial.
2. Associações e empreendedores mais proativos no processo de regularização, buscando conhecer e seguir os procedimentos de registro para obter vantagens competitivas, como acesso a crédito, participação em programas de apoio governamentais e o cumprimento das obrigações legais necessárias ao funcionamento de seus negócios.
3. Mudança na abordagem institucional, onde as associações e outras entidades parceiras passarão a ter um papel mais ativo na orientação e facilitação do processo de registro para os novos empreendedores. Essa mudança pode incluir a disponibilização de informações claras e acessíveis sobre os passos para o registro, além de oferecer suporte técnico para o preenchimento de documentos e acompanhamento dos processos burocráticos.
4. Empreendedores mais conscientes dos benefícios da formalização, compreendendo que, além de atender às exigências legais, o registro proporciona maior credibilidade no mercado, proteção ao patrimônio pessoal e acesso a novas oportunidades de negócios.

Conclusão do projeto:

O trabalho de campo da disciplina Atividade Extensionista de Contratos Mercantis foi realizado no dia 23 de novembro de 2024, na Feira Atacadista do Produtor de Ceilândia, situada na cidade satélite de Ceilândia, no Distrito Federal. O objetivo foi coletar informações e sensibilizar os comerciantes locais sobre aspectos jurídicos relacionados à formalização empresarial.

As abordagens incluíram comerciantes formais da feira e trabalhadores informais, como vendedores de café, lanches e produtos eletrônicos. Um dos principais temas tratados foi a percepção sobre as vantagens e desvantagens de possuir um CNPJ. Grande parte dos comerciantes entrevistados afirmou que já possuía o registro, pois ele é um requisito essencial para exercer suas atividades na feira. No entanto, entre os trabalhadores informais, a hesitação em formalizar-se foi conveniente, principalmente devido à falta de informações sobre benefícios fiscais e acesso ao crédito.

Durante o trabalho de campo, foram realizadas oito abordagens individuais. Como parte da ação extensionista, foi disponibilizado um QR Code para acesso a materiais explicativos sobre a formalização empresarial. No entanto, apenas três dos interessados acessaram o conteúdo digital, diminuindo a necessidade de compensar as estratégias de engajamento com o público-alvo.

Esse levantamento destacou a importância de iniciativas que aproximam os comerciantes de informações legais e ferramentas para a regularização de seus negócios. A atividade destacou os desafios na comunicação e sensibilização dos trabalhadores informais sobre os benefícios do registro empresarial, reforçando o papel transformador da extensão universitária.

Quantidade de beneficiários (estimativa)

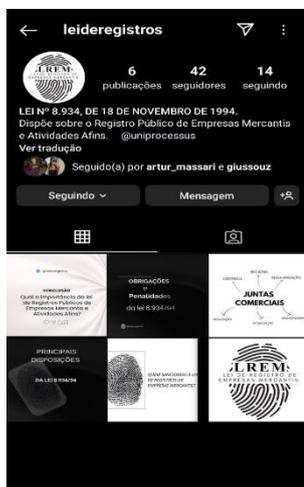
200 pessoas

Professor(a) articulador(a)

Coordenador(a) de Curso

ANEXOS:

01) Perfil do Instagram: @leideregistros



02) Fotos dos grupos realizando as pesquisas/reuniões:



03) Fotos da apresentação do trabalho:



04) Fotos da visita:





05) QR CODE da cartilha.

